

Itapoá  
Saneamento Ltda.

**Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2017**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes  
Avenida Presidente Vargas, 2.121  
Salas 1.401 a 1.405, 1.409 e 1.410 - Jardim América  
Edifício Times Square Business  
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil  
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil  
Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000  
www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Quotistas e Diretores da  
Itapoá Saneamento Ltda.  
Itapoá - SC

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Itapoá Saneamento Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itapoá Saneamento Ltda. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 04 de abril de 2018

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'M. Bassi', written over a faint blue circular stamp.

Marcos Roberto Bassi  
Contador CRC 1SP217348/O-5

## Itapoá Saneamento Ltda.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	288	225	Fornecedores e outras contas a pagar	12	3.367	1.724
Contas a receber e outros recebíveis	9	1.634	1.412	Empréstimos e financiamentos	13	8.839	21.022
Estoques		185	135	Provisões e encargos trabalhistas	14	251	299
Adiantamentos a fornecedores		1.455	324	Obrigações fiscais		146	113
Impostos e contribuições a recuperar		98	54				
Despesas antecipadas		52	60	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>12.603</b>	<b>23.158</b>
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>3.712</b>	<b>2.210</b>	<b>Não circulante</b>			
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>				<b>Realizável a longo prazo</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	1.557	3.902	Empréstimos e financiamentos	13	18.855	-
				Provisão para contingência	15	48	40
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>1.557</b>	<b>3.902</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>18.903</b>	<b>40</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Patrimônio líquido</b>			
Imobilizado	10	210	-	Capital social	16	1.500	1.500
Intangível	11	25.174	-	Prejuízos acumulados		(2.353)	(18.586)
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>26.941</b>	<b>3.902</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>(853)</b>	<b>(17.086)</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>30.653</b>	<b>6.112</b>	<b>Total do passivo</b>		<b>31.506</b>	<b>23.198</b>
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>30.653</b>	<b>6.112</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Itapoá Saneamento Ltda.

### Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Receita operacional líquida	20	16.355	10.647
Custo dos serviços prestados	21	<u>7.883</u>	<u>(27.314)</u>
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>		<u>24.238</u>	<u>(16.667)</u>
<b>Despesas operacionais</b>			
Comerciais	21	(661)	(681)
Administrativas e gerais	21	<u>(1.828)</u>	<u>(1.623)</u>
		(2.489)	(2.304)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<u>21.749</u>	<u>(18.971)</u>
Receitas financeiras	22	180	157
Despesas financeiras	22	<u>(3.351)</u>	<u>(3.388)</u>
<b>Despesas financeiras líquidas</b>		(3.171)	(3.231)
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<u>18.578</u>	<u>(22.202)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	<u>(2.345)</u>	<u>3.593</u>
<b>Lucro (prejuízo) líquido</b>		<u><u>16.233</u></u>	<u><u>(18.609)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Itapoá Saneamento Ltda.**

### **Demonstrações de resultados abrangentes**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016**

*(Em milhares de Reais)*

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Lucro (prejuízo) líquido</b>	<u>16.233</u>	<u>(18.609)</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<u><u>16.233</u></u>	<u><u>(18.609)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Itapoá Saneamento Ltda.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

*(Em milhares de Reais)*

	<b>Capital social</b>	<b>Reserva de retenção de lucros</b>	<b>Lucros (prejuízos) acumulados</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2016</b>	1.500	23	-	1.523
Resultado do exercício	-	-	(18.609)	(18.609)
Compensação do prejuízo do exercício	-	(23)	23	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<u>1.500</u>	<u>-</u>	<u>(18.586)</u>	<u>(17.086)</u>
Resultado do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.233</u>	<u>16.233</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<u><u>1.500</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>(2.353)</u></u>	<u><u>(853)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Itapoá Saneamento Ltda.

### Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro (prejuízo) líquido</b>	16.233	(18.609)
Ajustes para:		
Provisão de perdas por redução ao valor recuperável	(18.742)	20.465
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(28)	57
Depreciação e amortização	745	679
Resultado na venda de imobilizado e intangível	-	557
Constituição de provisão para contingências	8	(24)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.345	(3.593)
Juros incorridos de empréstimos e financiamentos	2.932	2.985
	<u>3.493</u>	<u>2.517</u>
Variações em:		
(Aumento) em contas a receber e outros recebíveis	(194)	(264)
(Aumento) redução em estoques	(50)	68
(Aumento) em adiantamentos a fornecedores	(1.131)	(324)
(Aumento) redução em impostos e contribuições a recuperar	(44)	40
Redução (aumento) em despesas antecipadas	8	(11)
Aumento em fornecedores e outras contas a pagar	1.643	330
(Redução) aumento em provisões e encargos trabalhistas	(48)	81
Aumento em obrigações fiscais	33	40
	<u>3.710</u>	<u>2.477</u>
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(7)	(7)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(31)
	<u>3.703</u>	<u>2.439</u>
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais</b>		
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisições de ativos imobilizado	(45)	(11)
Aquisições de ativo intangível	(7.342)	(3.495)
	<u>(7.387)</u>	<u>(3.506)</u>
<b>Fluxo de caixa (usado nas) atividades de investimentos</b>		
<b>Fluxo de caixa das atividade de financiamentos</b>		
Empréstimos e financiamentos tomados	3.813	1.254
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(66)	(77)
	<u>3.747</u>	<u>1.177</u>
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos</b>		
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>63</u>	<u>110</u>
<b>Demonstração do caixa e equivalentes de caixa</b>		
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	<u>225</u>	<u>115</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro</b>	<u><u>288</u></u>	<u><u>225</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 1 Contexto operacional

A Itapoá Saneamento Ltda. ("Empresa") localizada na Rua Lindóia, nº 328, 1º andar, bairro Nossa Senhora Aparecida, na cidade de Itapoá, estado de Santa Catarina, foi constituída com objetivo exclusivo à prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, que compreendem as atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e as instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento, e disposição final adequados dos esgotos sanitários, incluindo a gestão dos sistemas organizacionais, a comercialização dos produtos e serviços envolvidos e o atendimento aos usuários, no município de Itapoá, estado de Santa Catarina, nos termos do Edital de Licitação por Concorrência Pública e conforme definido no contrato de concessão administrativo. A Empresa é controlada em conjunto pela Iguá Saneamento S.A. (anteriormente denominada Companhia de Águas do Brasil – CAB ambiental) e EBS – Empresa Brasileira de Saneamento LTda. (anteriormente denominada Serrana Águas Ltda.).

O prazo do contrato de concessão é de 30 (trinta) anos com vencimento original em 2042. Os bens afetos que integram a concessão serão transferidos para o poder concedente "Prefeitura Municipal de Itapoá" ao final do prazo da concessão. Os prazos contratuais poderão ser prorrogados por mútuo acordo entre as partes.

A Empresa tem previsão orçamentária para realizar investimentos e consequentemente cumprir as metas contratuais. Passou por um período de desaceleração de projetos de eficiência operacional e alongamento de investimentos em virtude da situação econômico financeira da época e está retomando os investimentos já neste exercício, pois em 20 de julho de 2017, foram concluídas as operações previstas no Acordo de Investimentos e Outras Avenças, firmado em 17 de novembro de 2016 entre a controladora em conjunto Iguá Saneamento S.A., a Galvão Participações S.A. (em recuperação judicial) e o BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, juntamente com o Banco Votorantim S.A. e a RKP BRL Investments I LLC; sendo efetivadas as operações:

- a) A controladora em conjunto (i) alterou a razão social de Companhia de Águas do Brasil – CAB ambiental para Iguá Saneamento S.A.; (ii) alterou a composição acionária e passou a ser controlada pela Iguá Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia, e desta forma, a composição do capital social da controladora em conjunto passou a ser:

	<b>Participação</b>
Iguá Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	84,18%
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	15,82%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>

(iii) houve o aumento do capital social no montante de R\$ 255.914, sendo R\$ 185.914 mediante capitalização dos créditos detidos pela Iguá Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégica relativos às cédulas de crédito e debêntures da controladora em conjunto no valor total de R\$ 102.682 e R\$ 83.232, respectivamente e R\$ 70.000 em moeda corrente;

- b) Reperfilamento das dívidas do Grupo Iguá restabelecendo a capacidade de liquidez de curto prazo, fato este que favorece a retomada de crédito com as instituições financeiras, compreendendo à Empresa o aditamento às cédulas de crédito junto ao Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. alterando o vencimento do saldo devedor para 31 de janeiro de 2019 conforme mencionado na nota explicativa nº13; e
- c) Aprovação do Plano de Negócio 2017/2022 o qual reflete a continuidade operacional da Empresa e do Grupo Iguá.

Diante deste cenário, a Empresa que está retomando os investimentos já neste exercício, entende que suas operações, atreladas a todas as premissas mencionadas, serão suficientes para gerar caixa positivo e cumprir com todas as obrigações contratuais e financeiras para os próximos doze meses, podendo conseqüentemente prosseguir com os projetos de eficiência operacional, inovação e modernidade de gestão, bem como realizar novos investimentos.

O exercício social da Empresa encerra em 31 de dezembro de cada ano.

## **2 Base de apresentação**

### **Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras da Empresa foi autorizada pela Administração em 04 de abril de 2018. Após a sua emissão, somente os acionistas tem o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Empresa estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

## **3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### **a) Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 9 - realização do contas a receber e outros recebíveis;
- Nota explicativa 11 – vida útil do ativo intangível resultante do contrato de concessão e teste de redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis;
- Nota explicativa 15 - reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Nota explicativa 19 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

### **(i) Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Empresa estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração do valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota explicativa 18 - instrumentos financeiros.

## **5 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo.

## **6 Principais políticas contábeis**

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

### **a) Receita operacional**

#### **(i) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto**

A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário. As receitas ainda não faturadas, correspondente à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras, representam receitas incorridas e são reconhecidas como contas a receber de clientes/ receita operacional com base em estimativas mensais dos serviços completados.

#### **(ii) Outros serviços indiretos de água e esgoto**

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se a prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no período no qual os serviços são prestados.

#### **(iii) Contratos de concessão de serviços e construção**

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sobre contrato de concessão é determinada e reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico ICPC 01(R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão, segundo o método de porcentagem de conclusão (POC).

A Empresa é remunerada pelos usuários dos serviços públicos e portanto, a receita é determinada mediante incorporação da margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência. A Empresa estimou que tal margem é irrelevante, considerando-a zero.

Essa receita é reconhecida juntamente com os respectivos tributos diferidos e custos de construção na demonstração do resultado de sua competência e está diretamente relacionada ao respectivo ativo intangível formado.

Receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. Quando a Empresa presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

## **b) Benefícios a empregados**

### **(i) Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

### **(ii) Plano de contribuição definida**

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. A Empresa não possui outros benefícios pós-emprego.

## **c) Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da Empresa compreendem:

- juros sobre contas a receber de clientes;
- juros sobre aplicações financeiras e outros investimentos;
- descontos obtidos;
- juros sobre atualização de impostos a recuperar;
- comissões e despesas bancárias;
- despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures; e
- outras receitas / despesas.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

## **d) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais de renda do imposto e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

**(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base nos planos de negócios da Empresa.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Empresa espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**e) Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado.



## **f) Imobilizado**

### **(i) Reconhecimento e mensuração**

A Empresa considera como ativo imobilizado, somente os bens que estão em seu poder e podem ser a quaisquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

### **(ii) Custos subsequentes**

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

### **(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Empresa obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

## **g) Ativos intangíveis**

### **(i) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)**

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, pois o contrato de concessão não transfere o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços

públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo estes revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a um direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso da Empresa não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção e custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo.

A amortização é efetuada linearmente durante o prazo da concessão e não excede os prazos de concessão.

**(ii) Outros ativos intangíveis**

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Empresa e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

**(iii) Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**(iv) Amortização**

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. As vidas úteis estão descritas na nota explicativa 11.

**h) Instrumentos financeiros**

A Empresa classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A Empresa classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

**(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento**

A Empresa reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Empresa em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração**

*Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

*Empréstimos e recebíveis*

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

*Caixa e equivalentes de caixa*

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Empresa.

**(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração**

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

**i) Capital social**

**(i) Ações ordinárias**

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 – Tributos sobre o lucro.

**j) Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

**(i) Ativos financeiros não-derivativos**

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido à Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/ recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

**(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera

entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

#### **k) Provisões**

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

#### **l) Provisão de manutenção – Contratos de concessão**

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Empresa define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Não há intervenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Empresa até o encerramento das concessões vigentes, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 31 de dezembro de 2017 com relação a este assunto.

#### **m) Arrendamentos**

##### **(i) Determinando quando um contrato contém um arrendamento**

No início do contrato, a Empresa determina se um contrato é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Empresa separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato

com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Empresa conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Empresa.

**(ii) Ativos arrendados**

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Empresa substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Empresa.

**(iii) Pagamentos de arrendamentos**

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

**n) Mensuração do valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Empresa.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Empresa requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 4(a)).

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso

de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

## **7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018. A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Empresa não planeja adotar esta norma de forma antecipada.

Espera-se que as seguintes normas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa no período de adoção inicial:

### **a) Impactos da adoção do CPC 48 e CPC 47**

A Empresa é obrigada a adotar o CPC 48 – Instrumentos Financeiros e o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente a partir de 1º de janeiro de 2018. A Empresa já avaliou o impacto estimado da aplicação inicial de tais pronunciamentos em suas demonstrações financeiras. O impacto estimado da adoção dessas normas sobre o patrimônio da Empresa em 1º de janeiro de 2018 baseia-se em avaliações realizadas até a data de emissão destas demonstrações financeiras. Os impactos reais da adoção das normas em 1º de janeiro de 2018 podem ser diferentes pois:

- As novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Empresa apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

Em relação ao CPC 47 e 48, embora a Empresa tenha critérios de mensuração a atender, não houveram impactos significativos.

### **b) CPC 48 – Instrumentos financeiros**

O CPC 48 - Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

**(i) Classificação - Ativos Financeiros**

O CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

De acordo com o CPC 48, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação.

Com base na sua avaliação, a Empresa não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de contas a receber, empréstimos, investimentos em títulos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais que são mensurados a valor justo.

**(ii) Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais**

O CPC 48 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a



vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo; a Empresa optou por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com um componente de financiamento significativo.

A Empresa acredita que as perdas por redução ao valor recuperável deverão ocorrer para os recebíveis do contrato de concessão no modelo do CPC 48. Com base na metodologia de *impairment*, a empresa estimou que a aplicação dos requerimentos de *impairment* do CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 resultará em perdas por redução ao valor recuperável como segue:

#### *Contas a receber e outros recebíveis*

No contrato de concessão, a carteira de recebíveis foi analisada pelo modelo de "rolagem", onde foi calculada a probabilidade de cada recebível se tornar inadimplente, considerando grupos de contrapartes e recebíveis com características semelhantes de risco, conforme abordagem simplificada estabelecida pelo CPC 48. Nestas circunstâncias, os recebíveis com atrasos superiores a 180 dias serão considerados 100% na provisão de perda do valor recuperável e para as demais faixas de vencimento provisiona-se a perda esperada baseada na inadimplência histórica dos últimos três anos.

#### **(iii) Classificação - Passivos Financeiros**

O CPC 48 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro é apresentado em outros resultados abrangente (ORA); e
- o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

A Empresa não designou e não pretende designar passivos financeiros como VJR. A avaliação preliminar da Empresa não indicou qualquer impacto na classificação dos passivos financeiros em 1º de janeiro de 2018.

#### **(iv) Divulgações**

A CPC 48 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de *hedge*, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação da Empresa incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas nos processos atuais e a Empresa está em processo de implementação de mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

#### **(v) Transição**

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da CPC 48 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

- A Empresa irá aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção do CPC 48, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.
- As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial:
  - A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido.
  - A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR).
  - A designação de determinados investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação como valor justo por meio de outros resultados abrangente (VJORA).

**c) CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes**

A CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A CPC 47 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 Receitas, CPC 17 Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A Programas de Fidelidade com o Cliente.

**(i) Prestação de Serviços**

A Empresa está envolvida na gestão dos sistemas de saneamento básico, bem como na execução de serviços relacionados. Se os serviços forem prestados em diferentes períodos de apresentação, a contraprestação é atribuída a cada serviço com base de valor justo relativo dos diferentes serviços. Receitas de serviços são reconhecidas no exercício em que os serviços são prestados pela Empresa.

De acordo com o CPC 47, o total da contraprestação desses contratos de serviço deverá ser atribuído aos serviços com base em seus preços de venda individuais. Os preços de venda individuais serão determinados com base na tabela de preços que a Empresa utiliza para transações de venda de cada serviço separadamente.

Com base na avaliação da Empresa, o valor justo e os preços de venda de serviços individuais são amplamente similares. Portanto, a Empresa não espera que a aplicação do CPC 47 resulte em diferenças significativas no momento do reconhecimento da receita para esses serviços.

**(ii) Contratos de Construção**

A receita contratual inclui atualmente o valor inicial acordado no contrato mais quaisquer alterações no trabalho contratado, pleitos e pagamentos de incentivos, à medida em que seja provável que resultem em receita e possam ser mensurados de

forma confiável. Quando um pleito ou alteração é reconhecida, a medição do progresso do contrato ou do preço do contrato é revisada e a posição acumulada do contrato é reavaliada em cada período de relatório.

Segundo o CPC 47, pleitos e alterações serão incluídas na contabilização do contrato quando aprovados.

Com base na sua avaliação, a Empresa não espera que a aplicação do CPC 47 tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras em relação aos contratos de construção já concluídos e sem pleitos aprovados.

### **(iii) Transição**

A Empresa planeja adotar o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Empresa não aplicará os requerimentos do CPC 47 ao período comparativo apresentado.

A Empresa planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

A Empresa está atualmente realizando uma avaliação detalhada do impacto resultante da aplicação do CPC 48 e espera divulgar informações quantitativas adicionais antes da adoção da norma.

### **d) CPC 06 (R2) Arrendamentos**

A CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as CPCs e apenas para entidades que aplicam a CPC 47 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da CPC 06 (R2).

A CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Empresa está em processo de conclusão do potencial impacto em suas demonstrações financeiras e ainda não completou sua avaliação detalhada. A aplicação da CPC 06 (R2) nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Empresa em 1º de janeiro de 2019, a composição da carteira de arrendamento da

Empresa nessa data, a avaliação da Empresa se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que a Empresa optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento.

Além disso, a natureza das despesas relacionadas com esses contratos de arrendamento agora vai mudar, a CPC 06 (R2) substitui a despesa linear de arrendamento operacional com um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Não é esperado impacto significativo para os arrendamentos financeiros da Empresa.

**(i) Determinar se um contrato contém um arrendamento**

Na transição para a CPC 06 (R2), a Empresa pode optar por:

- Aplicar a definição de um contrato de arrendamento da CPC 06 (R2) para todos os seus contratos; ou
- Aplicar um expediente prático e não reavaliar se um contrato é, ou contém, um arrendamento.

A Empresa planeja aplicar o expediente prático com relação a definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará a CPC 06 (R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que seriam identificados como arrendamentos de acordo com a IAS 17 e a IFRIC 4.

**(ii) Transição**

Como arrendatário, a Empresa pode aplicar a norma utilizando uma:

- Abordagem retrospectiva; ou
- Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais.

O arrendatário aplicará essa escolha consistentemente a todos os seus arrendamentos.

A Empresa pretende aplicar a CPC 06 (R2) inicialmente em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da CPC 06 (R2) será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

Ao aplicar a abordagem retrospectiva modificada para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a IAS 17, o arrendatário pode eleger, para cada contrato de arrendamento, se aplicará uma série de expedientes práticos na transição. A Empresa está avaliando o impacto potencial da utilização desses expedientes práticos.

A Empresa não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

### **e) Outras alterações**

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa:

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40).
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.
- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.
- IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **8 Caixa e equivalentes de caixa**

Veja política contábil na nota explicativa 6 (h).

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Saldo bancário	288	225

As informações sobre a exposição da Empresa a riscos de mercado, de crédito e de mensuração do valor justo relacionados a caixa e equivalentes de caixa estão incluídas na nota explicativa 18.

## **9 Contas a receber e outros recebíveis**

Veja política contábil na nota explicativa 6 (h).

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Contas a receber	1.634	1.412

As informações sobre a exposição da Empresa a riscos de crédito, de mercado, mensuração do valor justo e perdas por redução ao valor recuperável relacionados ao contas a receber e outros recebíveis está divulgada na nota explicativa 18.

## 10 Imobilizado

Veja política contábil na nota explicativa 6 (f).

### a. Conciliação do valor contábil

	Máquinas, aparelhos e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Total
<b>Custo</b>					
Saldo em 1º de janeiro de 2016	50	39	132	285	506
Adições	3	5	3	-	11
Saldo em 31 de dezembro de 2016	53	44	135	285	517
Adições	6	6	7	26	45
Saldo em 31 de dezembro de 2017	59	50	142	311	562
<b>Depreciação e perdas por redução ao valor recuperável</b>					
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(14)	(11)	(69)	(70)	(164)
Adições	(5)	(4)	(27)	(57)	(93)
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	(34)	(29)	(39)	(158)	(260)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(53)	(44)	(135)	(285)	(517)
Adições	(6)	(5)	(25)	(59)	(95)
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	34	29	39	158	260
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(25)	(20)	(121)	(186)	(352)
<b>Valor líquido contábil</b>					
Em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2017	34	30	21	125	210

### b. Teste por redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Empresa avalia, ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre seu valor de recuperação. A avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, considerando variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercados entre outros.

Em 31 de dezembro de 2016, a Empresa reconheceu uma provisão para redução ao valor recuperável R\$ 260 em virtude da premissa adotada na revisão do Plano de Negócio, projetados com a antecipação de alguns investimentos e inclusão de investimentos adicionais, desconsiderando eventuais reajustes provenientes da necessidade de reequilíbrio contratual, os quais serão pleiteados junto ao Poder Concedente quando incorrerem.

O valor recuperável desta UGC foi baseado no valor em uso sendo o fluxo de caixa estimado pela Administração, descontado pela taxa de 12,79% em 31 de dezembro de 2016, referente ao custo médio ponderado de capital - *Weighted Average Cost of Capital* (WACC), calculada com base em premissas de mercados comparáveis.

Após o reconhecimento da perda por desvalorização, a despesa de amortização foi ajustada para alocar o valor contábil revisado do ativo ao longo de sua vida útil remanescente.

Em decorrência da reestruturação societária e financeira mencionada na nota explicativa nº 1, que representa o início de um novo ciclo do Grupo Iguá, foi aprovado pela Administração o Plano de Negócio 2017-2022, que aponta a retomada dos

investimentos e acesso ao crédito, diferentemente das premissas utilizadas na última avaliação do valor recuperável dos ativos. Conseqüentemente, a Empresa realizou novo teste para avaliação do valor recuperável e reverteu as provisões anteriormente reconhecidas, em virtude do aumento potencial de serviços estimados dos ativos.

O valor recuperável das UGC foi baseado no valor em uso sendo o fluxo de caixa estimado pela Administração, descontado pela taxa de 12,17% referente ao custo médio ponderado de capital - *Weighted Average Cost of Capital* (WACC), calculada com base em premissas de mercados comparáveis.

## 11 Intangível

Veja política contábil na nota explicativa 6 (g).

### a. Conciliação do valor contábil

	<b>Intangível ICPC 01 (R1) (i)</b>	<b>Software</b>	<b>Total</b>
<b>Custo</b>			
Saldo em 1º de janeiro de 2016	18.584	32	18.616
Adições	3.495	-	3.495
Baixas	(557)	-	(557)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	21.522	32	21.554
Adições	7.272	70	7.342
Saldo em 31 de dezembro de 2017	28.794	102	28.896
<b>Amortização e perdas por redução ao valor recuperável</b>			
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(754)	(9)	(763)
Adições	(580)	(6)	(586)
Provisão de perdas por redução ao valor recuperável	(20.188)	(17)	(20.205)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(21.522)	(32)	(21.554)
Adições	(639)	(11)	(650)
Provisão de perdas por redução ao valor recuperável	18.470	12	18.482
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(3.691)	(31)	(3.722)
<b>Valor líquido contábil</b>			
Em 31 de dezembro de 2016	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2017	25.103	71	25.174

### (i) Intangível ICPC 01 (R1)

	Taxa média de amortização % a.a. (*)	2016		2017	
		Custo	Adição	Transferência	Custo
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4,00	41	-	-	41
Máquinas, aparelhos e equipamentos	19,76	606	32	25	663
Rede de Água	4,00	11.573	2.063	1.950	15.586
Rede de Esgoto	4,00	268	208	-	476
Obras em andamento		9.034	4.969	(1.975)	12.028
<b>Total</b>		<b>21.522</b>	<b>7.272</b>	<b>-</b>	<b>28.794</b>

(\*) Os prazos de amortização não excedem os prazos das concessões.

**b. Amortização**

O ativo intangível, registrado na rubrica intangível ICPC 01 (R1), refere-se exclusivamente aos gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear, considerando como início da amortização a data de aquisição do bem ou a data de término das obras.

**c. Teste por redução ao valor recuperável**

Em 31 de dezembro de 2016, a Empresa reconheceu uma provisão para redução ao valor recuperável R\$ 20.205 em virtude da premissa adotada na revisão do Plano de Negócio, projetados com a antecipação de alguns investimentos e inclusão de investimentos adicionais, desconsiderando eventuais reajustes provenientes da necessidade de reequilíbrio contratual, os quais serão pleiteados junto ao Poder Concedente quando incorrerem.

O valor recuperável desta UGC foi baseado no valor em uso sendo o fluxo de caixa estimado pela Administração, descontado pela taxa de 12,79% em 31 de dezembro de 2016, referente ao custo médio ponderado de capital - *Weighted Average Cost of Capital* (WACC), calculada com base em premissas de mercados comparáveis.

Após o reconhecimento da perda por desvalorização, a despesa de amortização foi ajustada para alocar o valor contábil revisado do ativo ao longo de sua vida útil remanescente.

Em decorrência da reestruturação societária e financeira mencionada na nota explicativa nº 1, que representa o início de um novo ciclo do Grupo Iguá, foi aprovado pela Administração o Plano de Negócio 2017-2022, que aponta a retomada dos investimentos e acesso ao crédito, diferentemente das premissas utilizadas na última avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis. Consequentemente, a Empresa realizou novo teste para avaliação do valor recuperável e reverteu R\$ 18.482 de provisões anteriormente reconhecidas, em virtude do aumento potencial de serviços estimados dos ativos.

O valor recuperável das UGC foi baseado no valor em uso sendo o fluxo de caixa estimado pela Administração, descontado pela taxa de 12,17% referente ao custo médio ponderado de capital - *Weighted Average Cost of Capital* (WACC), calculada com base em premissas de mercados comparáveis.

## 12 Fornecedores e outras contas a pagar

Veja política contábil na nota explicativa 6 (h).

	<b>Nota</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Fornecedores diversos		2.816	1.241
Partes relacionadas - operações mensais	23	306	343
Adiantamento a clientes		182	129
Outras contas a pagar		63	11
<b>Total</b>		<b>3.367</b>	<b>1.724</b>



As informações sobre a exposição da Empresa a riscos de liquidez e mensuração do valor justo relacionados a fornecedores e outras contas a pagar está divulgada na nota explicativa 18.

### 13 Empréstimos e financiamentos

Veja política contábil na nota explicativa 6 (h).

Linha de Crédito	Nota	Indexador	Juros		Vencimento	2017	2016
			médios a.a. (%)				
Cédula de crédito		CDI	14,43		2019	7.667	6.676
Conta corrente - partes relacionadas	24				2018	8.839	-
Empréstimos - partes relacionadas	24	CDI	12,03		2019	11.188	14.279
<i>Leasing</i>						-	67
Circulante						8.839	21.022
Não circulante						18.855	-
<b>Total</b>						<b>27.694</b>	<b>21.022</b>

Para mais informações sobre a exposição da Empresa a riscos de taxas de juros, liquidez, mensuração do valor justo e uma análise de sensibilidade decorrentes destes financiamentos, veja nota explicativa 18.

#### a. Termos e cronograma de amortização da dívida

No contrato de *leasing*, as controladoras em conjunto EBS – Empresa Brasileira de Saneamento Ltda. e Iguá Saneamento S.A. são devedoras solidárias e responsáveis juntamente com a Empresa pelo cumprimento de todas as obrigações pecuniárias, principal e acessórias.

A cédula de crédito é garantida mediante aval da controladora em conjunto Iguá Saneamento S.A.

Em 12 de maio de 2017 foi firmado aditamento às cédulas de crédito bancário da Empresa, prorrogando o vencimento dos saldos devedores para 31 de janeiro de 2019.

Os empréstimos e financiamentos possuem os seguintes vencimentos:

<b>31 de dezembro de 2017</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>12 meses</b>	<b>13 meses</b>
Empréstimos e financiamentos	27.694	8.839	18.855

<b>31 de dezembro de 2016</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>12 meses</b>
Empréstimos e financiamentos	21.022	21.022

**b. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamento**

	<b>Empréstimos e financiamentos</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2017</b>	<b>21.022</b>
<b>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</b>	
Conta corrente - partes relacionadas	8.839
Empréstimos - partes relacionadas	(5.026)
Amortização de principal	(66)
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>3.747</b>
<b>Outras variações</b>	
Provisão de juros	2.932
Pagamento de juros	(7)
<b>Total de outras variações</b>	<b>2.925</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>27.694</b>

**14 Provisão e encargos trabalhistas**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Provisão de férias	171	150
Salários e ordenados	36	104
Encargos sociais	44	45
<b>Total</b>	<b>251</b>	<b>299</b>

**15 Provisão para contingências**

Veja política contábil na nota explicativa 6 (k).

A Empresa, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, avalia a probabilidade de ter contra si a materialização de determinadas contingências passivas de naturezas trabalhistas, previdenciárias, ambientais, tributárias, cíveis e outras. A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas questões envolvidas, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações, até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função de nova avaliação dos consultores jurídicos.

A Empresa considera existir riscos efetivos de natureza civil e registrou em 31 de dezembro de 2017 provisão no valor de R\$ 48 (R\$ 40 em 31 de dezembro de 2016).

**Contingências passivas não provisionadas**

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras são de natureza cível e trabalhista, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 256 (R\$ 52 em 31 de dezembro de 2016), para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

## 16 Capital Social

Veja política contábil nas notas explicativas 6 (i).

### a) Capital social

O capital social da Empresa em 31 de dezembro de 2017 subscrito e integralizado está representado por 1.500.000 ações ordinárias nominativas (idêntico em 31 de dezembro de 2016), pertencentes aos seguintes quotistas:

	Em % de participação	
	2017	2016
Iguá Saneamento S.A.	50%	50%
EBS - Empresa Brasileira de Saneamento Ltda.	50%	50%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

## 17 Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Empresa é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Empresa para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2017	2016
Total do passivo	31.506	23.198
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(288)	(225)
(=) Dívida líquida (A)	31.218	22.973
Total do patrimônio líquido (B)	(853)	(17.086)
Índice de alavancagem em 31 de dezembro (A/B)	0,97	0,26

## 18 Instrumentos financeiros

### a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

31 de dezembro 2017	Nota	Valor contábil		Total
		Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	
<b>Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	8	288	-	288
Contas a receber e outros recebíveis	9	1.634	-	1.634
Adiantamentos a fornecedores		1.455	-	1.455
<b>Total</b>		<b>3.377</b>	<b>-</b>	<b>3.377</b>
<b>Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>				
Empréstimos e financiamentos	13	-	27.694	27.694
Fornecedores e outras contas a pagar	12	-	3.367	3.367
<b>Total</b>		<b>-</b>	<b>31.061</b>	<b>31.061</b>

31 de dezembro 2016	Nota	Valor contábil		Total
		Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	
<b>Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	8	225	-	225
Contas a receber e outros recebíveis	9	1.412	-	1.412
Adiantamentos a fornecedores		324	-	324
<b>Total</b>		<b>1.961</b>	<b>-</b>	<b>1.961</b>
<b>Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>				
Empréstimos e financiamentos	13	-	21.022	21.022
Fornecedores e outras contas a pagar	12	-	1.724	1.724
<b>Total</b>		<b>-</b>	<b>22.746</b>	<b>22.746</b>

## b) Mensuração do valor justo

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2017.

## c) Gerenciamento de riscos financeiros

A Empresa possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco de preço.

### (i) Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Empresa e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Empresa está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa. A Empresa, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

**(ii) Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Empresa.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

*Contas a receber e outros recebíveis*

A Empresa tem atualmente recebíveis no segmento de saneamento.

Como principal mitigador o risco de crédito no contrato de concessão, a Empresa detém o controle direto dos recebíveis e o fornecimento dos serviços e, além disso, existe cláusula contratual prevendo indenização em caso de renúncia do poder concedente, demonstrando o controle sobre os recebíveis.

*Caixa e equivalentes de caixa*

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Empresa manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha.

*Exposição a riscos de crédito*

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	<b>Nota</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Caixa e equivalentes de caixa	8	288	225
Contas a receber e outros créditos	9	1.634	1.412
Adiantamentos a fornecedores		1.455	324
<b>Total</b>		<b>3.377</b>	<b>1.961</b>

*Perdas por redução no valor recuperável*

A composição por vencimento dos recebíveis na data das demonstrações financeiras foi a seguinte:

**Itapoá Saneamento Ltda.**  
*Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2017*

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
A vencer	1.353	1.167
Vencidos de 1 a 30 dias	192	173
Vencidos de 31 a 90 dias	87	73
Vencidos de 91 a 120 dias	6	7
Vencidos de 121 a 180 dias	12	15
Vencidos acima de 180 dias	160	181
<b>Total</b>	<b>1.810</b>	<b>1.616</b>

Os valores acima apresentados não contemplam as provisões para perdas de crédito de liquidação duvidosa.

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação ao contas a receber e outros recebíveis durante o exercício foi o seguinte:

Saldo em 1º de janeiro de 2016	147
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecida	280
Valores baixados	(223)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>204</b>
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecida	160
Valores baixados	(188)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>176</b>

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é relacionada a vários clientes usuários dos serviços prestados de água e esgoto. É constituída pela provisão do saldo de contas a receber corrente em atraso acima de 180 dias, que indica que os clientes não devem pagar seus saldos e sobre os títulos renegociados cujos acordos não foram cumpridos.

A Empresa também constituiu provisão complementar para contas a receber corrente e renegociações a vencer e vencidos há menos de 180 dias proveniente de clientes que possuem fatura (s) inserida (s) na provisão para perda de crédito de liquidação duvidosa.

Desta forma, a composição da provisão por perdas ao valor recuperável é a seguinte:

	<b>2017</b>
Provisão de títulos vencidos acima de 180 dias	160
Provisão sobre títulos a vencer e vencidos até 180 dias	16
<b>Total</b>	<b>176</b>

**(iii) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco da Empresa encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em

condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Empresa.

*Exposição a risco de liquidez*

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	<b>Nota</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Fornecedores e outras contas a pagar (*)	12	3.185	1.595
Empréstimos e financiamentos	13	27.694	21.022
Circulante		12.024	22.617
Não circulante		18.855	-
<b>Total</b>		<b>30.879</b>	<b>22.617</b>

(\*) Não foi considerado o montante de outras contas a pagar referente adiantamentos.

A Empresa apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 8.891 em virtude de empréstimo no montante de R\$ 11.188 e de conta corrente no montante de R\$ 8.839 a pagar para as quotistas controladoras em conjunto Iguá Saneamento S.A. e EBS – Empresa Brasileira de Saneamento Ltda., conforme nota explicativa 23. A liquidação das obrigações com partes relacionadas depende da disponibilidade de caixa após compromissos operacionais, de investimentos e financiamentos.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

	<b>Valor contábil</b>	<b>Fluxo de caixa contratual</b>	<b>12 meses</b>	<b>13 meses</b>
<b>31 de dezembro de 2017</b>				
Fornecedores e outras contas a pagar	3.185	3.185	3.185	-
Empréstimos e financiamentos	27.694	28.712	8.839	19.873
<b>Total</b>	<b>30.879</b>	<b>31.897</b>	<b>12.024</b>	<b>19.873</b>

	<b>Valor contábil</b>	<b>Fluxo de caixa contratual</b>	<b>12 meses</b>
<b>31 de dezembro de 2016</b>			
Fornecedores e outras contas a pagar	1.595	1.595	1.595
Empréstimos e financiamentos	21.022	21.078	21.078
<b>Total</b>	<b>22.617</b>	<b>22.673</b>	<b>22.673</b>

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Empresa possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

**(iv) Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, irão afetar os ganhos da Empresa ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

### Risco de taxa de juros

As operações da Empresa estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI.

### Exposição ao risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Empresa era:

	<b>Nota</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Passivos financeiros</b>			
Empréstimos e financiamentos	13	18.855	20.955

### Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo dos recebíveis de contratos de concessão, endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Empresa efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas são apresentados conforme as tabelas a seguir:

### Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2017	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
<b>Passivos financeiros</b>								
Cédula de crédito	(7.667)	CDI	6,75	(518)	8,44	(647)	10,13	(777)
Empréstimos - partes relacionadas	(11.188)	CDI	8,10	(906)	10,14	(1.133)	12,16	(1.360)
<b>Total dos passivos financeiros</b>	<b>(18.855)</b>			<b>(1.424)</b>		<b>(1.780)</b>		<b>(2.137)</b>
<b>Impacto no resultado e no patrimônio líquido</b>						<b>(356)</b>		<b>(713)</b>

### Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2017	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
<b>Passivos financeiros</b>								
Cédula de Crédito	(7.667)	CDI	6,75	(518)	5,06	(388)	3,37	(258)
Empréstimos - partes relacionadas	(11.188)	CDI	8,10	(906)	6,07	(680)	4,05	(453)
<b>Total dos passivos financeiros</b>	<b>(18.855)</b>			<b>(1.424)</b>		<b>(1.068)</b>		<b>(711)</b>
<b>Impacto no resultado e patrimônio líquido</b>						<b>356</b>		<b>713</b>

Fontes: a informação CDI foi extraída do Focus – Relatório de Mercado divulgado pelo BACEN, na data-base do último dia útil de dezembro de 2017.



**(v) Risco de preço**

A estrutura tarifária cobrada dos consumidores é regulada pelo poder concedente, que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Determinadas situações permitem à Empresa requerer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão que naturalmente deverá ser aprovado pelo órgão regulador e poder concedente.

**19 Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Veja política contábil na nota explicativa 6 (d).

**a) Valores reconhecidos no resultado do exercício**

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>						
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social (a)	1.200	1.107	-	-	93	622
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	10	15	-	-	(5)	22
Imobilizado líquido - contrato de concessão	-	-	128	133	5	4
Direitos a faturar	-	-	141	125	(16)	(63)
Provisão para contingências	16	13	-	-	3	(8)
Perda por redução a valor recuperável	587	2.990	-	-	(2.403)	2.990
Outras provisões	13	35	-	-	(22)	26
	1.826	4.160	269	258	(2.345)	3.593
Compensação (*)	(269)	(258)	(269)	(258)	-	-
<b>Total líquido</b>	<b>1.557</b>	<b>3.902</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.345)</b>	<b>3.593</b>

- (a) Com base na estimativa dos planos de negócios, a Empresa reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais acumulados, considerando que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para compensação de tais perdas.

- (\*) Saldos de ativos fiscais diferidos compensados, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

<b>Reconciliação da taxa efetiva</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Resultado do exercício antes dos impostos	18.578	(22.202)
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto a alíquota nominal	(6.317)	7.549
<b>Ajuste do imposto de renda e contribuição social</b>		
Outras (*)	3.972	(3.956)
Imposto diferido	(2.345)	3.593
Alíquota efetiva	13%	16%

(\*) Em 31 de dezembro de 2016 a Empresa deixou de reconhecer o ativo fiscal diferido sobre parte dos prejuízos fiscais considerando que os lucros tributáveis futuros não seriam suficientes para compensação de tais perdas, sendo constituído em 31 de dezembro de 2017 em virtude do PN 2017-2022 o qual reflete a realização de tais perdas com lucros futuros.

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

## 20 Receita operacional líquida

Veja política contábil na nota explicativa 6 (a).

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Saneamento	9.924	8.500
Construção	7.272	2.941
Serviços	495	407
Abatimentos e cancelamentos	(399)	(404)
Impostos sobre os serviços prestados	(937)	(797)
<b>Total</b>	<b>16.355</b>	<b>10.647</b>

## 21 Custos e despesas por natureza

<b>Custos dos serviços prestados</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Reversão (provisão) de perdas por redução ao valor recuperável	18.742	(20.465)
Custo de construção	(7.272)	(2.941)
Materiais indiretos	(1.121)	(904)
Materiais diretos	(1.011)	(1.656)
Custos com pessoal	(809)	(832)
Depreciação e amortização	(709)	(634)
Crédito de Pis e Cofins	63	118
<b>Total</b>	<b>7.883</b>	<b>(27.314)</b>

<b>Despesas comerciais</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Despesa com pessoal	(514)	(441)
Outras despesas comerciais	(169)	(177)
Depreciação e amortização	(6)	(6)
Reversão (provisão) para crédito de liquidação duvidosa	28	(57)
<b>Total</b>	<b>(661)</b>	<b>(681)</b>

<b>Despesas administrativas e gerais</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Serviços contratados	(946)	(797)
Despesas com pessoal	(477)	(524)
Outras despesas	(375)	(263)
Depreciação e amortização	(30)	(39)
	<b>(1.828)</b>	<b>(1.623)</b>

## 22 Despesas financeiras líquidas

Veja política contábil na nota explicativa 6 (c).

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros sobre contas a receber de clientes	160	134
Juros de aplicações financeiras	-	17
Descontos obtidos	20	3
Juros sobre atualização de impostos a recuperar	-	3
<b>Total</b>	<b>180</b>	<b>157</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros de empréstimos e financiamentos	(997)	(1.079)
Despesas de operações com partes relacionadas	(1.935)	(1.906)
Outras despesas financeiras	(419)	(403)
<b>Total</b>	<b>(3.351)</b>	<b>(3.388)</b>
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	<b>(3.171)</b>	<b>(3.231)</b>

## 23 Partes relacionadas

### a) Controladora

As partes controladoras em conjunto da Empresa são a Iguá Saneamento S.A. e a EBS – Empresa Brasileira de Saneamento Ltda., por definição de acordo de quotistas.

### b) Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, relativas a operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

**Itapoá Saneamento Ltda.**  
*Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2017*

Circulante	Passivo		Resultado	
	2017	2016	2017	2016
<b>Em fornecedores e outras contas a pagar</b>	(Nota 12)	(Nota 12)		
Assistência técnica	(a) 37	32	(328)	(378)
Centro de serviços compartilhados - CSC	(b) -	1	(169)	(18)
Repasse de recursos e custos com serviços compartilhados	(c) 269	310	(35)	(57)
<b>Total</b>	<b>306</b>	<b>343</b>	<b>(532)</b>	<b>(453)</b>
<b>Em empréstimos e financiamentos</b>	(Nota 13)	(Nota 13)		
<b>EBS - Empresa Brasileira de Saneamento Ltda.</b>				
- Empréstimos	(d) -	10.368	-	(1.479)
- Conta corrente	(e) 6.229	-	-	-
<b>Iguá Saneamento S.A.</b>				
- Empréstimos	(d) -	3.911	-	(427)
- Conta corrente	(e) 2.610	-	-	-
<b>Total</b>	<b>8.839</b>	<b>14.279</b>	<b>-</b>	<b>(1.906)</b>
Não circulante	Passivo		Resultado	
	2017	2016	2017	2016
<b>Em empréstimos e financiamentos</b>	(Nota 13)	(Nota 13)		
<b>EBS - Empresa Brasileira de Saneamento Ltda.</b>				
- Empréstimos	(d) 7.448	-	(1.440)	-
<b>Iguá Saneamento S.A.</b>				
- Empréstimos	(d) 3.740	-	(495)	-
<b>Total</b>	<b>11.188</b>	<b>-</b>	<b>(1.935)</b>	<b>-</b>

- (a) Contrato de assistência técnica entre a Empresa e suas controladoras em conjunto com vigência até o término do contrato de concessão. Em 31 de dezembro de 2017, o prazo remanescente é de 21 anos e as parcelas mensais a serem pagas equivalem a 5% da receita.
- (b) Refere-se a repasses de recursos em virtude de estrutura administrativa compartilhada entre a Empresa e a controladora em conjunto Iguá Saneamento S.A.
- (c) Refere-se a repasses de compartilhamento de recursos e rateio de despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com a natureza do serviço.
- (d) Refere-se a empréstimo firmado entre a Empresa e suas controladoras em conjunto, com incidência de juros de 120% do CDI ao ano e vencimento em 2019.
- (e) Refere-se ao contrato de conta corrente entre a Empresa e sua controladora em conjunto Iguá Saneamento S.A., no qual cada uma das partes pode estar simultaneamente na posição de credora e devedora, com direitos e obrigações recíprocas, podendo a qualquer momento o numerário ser exigido e restituído imediatamente.

## 24 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros contra riscos operacionais são as seguintes:

	2017	2016
Patrimonial (riscos diversos + equipamentos)	2.634	3.150
Seguro garantia	1.930	2.109
Responsabilidade civil	1.000	1.000
<b>Total</b>	<b>5.564</b>	<b>6.259</b>

## 25 Compromissos

### a) Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, que corresponde a 5% da receita líquida.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 467 (R\$ 398 em 31 de dezembro de 2016) referente ao direito de outorga variável.

### b) Compromissos vinculados ao contrato de concessão administrativa

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Empresa até 31 de dezembro de 2017 possui investimentos necessários aos compromissos contratuais.

A tabela abaixo apresenta os principais compromissos de investimentos da Empresa conforme contrato de concessão estimados no Plano de Negócio:

<u>Investimentos a realizar (*)</u>	<u>Metas específicas</u>
41.610	(i) redução do índice de perdas reais para 35% a partir de 2018; (ii) universalização do sistema de abastecimento de água a partir de 2030; (iii) atingimento da universalização do sistema de esgotamento sanitário no fim de plano, correspondendo a 98%.

(\*) Estão sendo apresentados os valores nominais de investimentos estimados pela Empresa, para atingimento de metas específicas estabelecidas pela Administração para os próximos cinco anos, conforme aprovado no Plano de Negócio 2017-2022.

O contrato de concessão firmado pela Empresa não prevê objetivamente obrigações de investimento, mas sim, execução de certos serviços nos prazos determinados, para que os indicadores e metas específicas sejam atingidas.

### c) Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A prática contábil adotada pela Empresa é a de não registrar imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Empresa possui o compromisso de manter controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

\* \* \*

## **Composição da Diretoria e do Conselho de Administração**

### **Presidente do Grupo**

Gustavo Fernandes Guimarães – CEO

### **Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores do Grupo**

Cyrille Pierre Marie Joseph Brunotte - CFO

### **Diretor de Controladoria e Gestão do Grupo**

Denilson de Paula Gonzaga

### **Diretoria**

Luis Afonso Magliani Bazzo

Antônio Hércules Neto

Márcio André Savi

Bernardo Lopes Mannrich

### **Contadora**

Patricia Hirano Diz

CRC/SP nº SP-265232/O-9